

Na obra *Governo de Pimenta de Castro. Um General no Labirinto Político da I República*, Bruno J. Navarro propõe uma nova leitura historiográfica a um dos períodos mais controversos e porventura menos estudados da I República portuguesa: o Governo do General Pimenta de Castro (Janeiro-Maio de 1915), primeira tentativa de governação conservadora, aparentemente resultante da primeira insubordinação militar bem sucedida (o Movimento das Espadas), apostada em interromper uma deriva radical, de permanente perturbação política e social que, desde a implantação do novo regime, vinha fragilizando internamente as suas instituições, progressivamente desacreditadas junto da comunidade internacional.

Originalmente constituído com a generosa missão de acautelar a genuinidade do sufrágio na realização das primeiras eleições gerais do regime e de promover a pacificação da “família portuguesa”, contribuindo para uma inversão do quadro de grande instabilidade social, conflitualidade político-partidária e crise internacional (essencialmente decorrente da precipitação da Grande Guerra e de um ressurgimento do fantasma do “perigo ibérico”), a verdade é que esta curta experiência governativa terminaria violentamente derrubada pela revolução mais sangrenta da I República, saldada num número superior a duzentos mortos e mais de mil feridos, sobre ela recaindo, desde então, a suspeita infamante de ter pretendido devolver o país à Monarquia e de ter desprezado ostensivamente os compromissos diplomáticos do país, diante daquela deflagração mundial, evidenciando, desse modo, a sua simpatia pelo império germânico.

A historiografia tradicional, muitas vezes enferma de um assumido comprometimento ideológico, acabaria por atribuir ao governo de Pimenta de Castro a pesada responsabilidade de ter obrigado o regime ao seu primeiro desvio ditatorial, autoritário e reaccionário, por muitos considerado como “um elo mais na cadeia de sucessivas aproximações autoritárias ao sistema político português”, iniciada por João Franco, nos anos finais da Monarquia Constitucional e que se cristalizou com o advento do Estado Novo e o longo consulado de Oliveira Salazar.